

Subcontroladoria de Auditoria e Controle de Gestão - SCG

Superintendência Central de Controle da Gestão – SCCG

Diretoria Central de Controle de Contas - DCCC

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Nº. 1190.0618.12

***“Relatório de Gestão Fiscal – RGF, relativo
ao terceiro quadrimestre de 2011”***

2012



RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 1190.0618.12

Em cumprimento às disposições estabelecidas pelo Decreto nº. 45.795, de 05/12/2011, apresentamos os resultados da revisão dos demonstrativos que compõem o **Relatório de Gestão Fiscal – RGF, relativo ao terceiro quadrimestre de 2011**, elaborado pela Superintendência Central de Contadoria Geral da Secretaria de Estado de Fazenda (SCCG/SEF), em obediência aos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/2000, e à Instrução Normativa nº. 05/2001 do TCEMG, que estabelece os procedimentos relativos à Lei Complementar nº. 101/2000.

Este trabalho foi desenvolvido com base nos procedimentos definidos na 3ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – Volume III, aprovado pela Portaria STN nº 249/2010.

Nossos exames foram baseados exclusivamente nos saldos contábeis e de execução orçamentária e financeira armazenados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais – SIAFI e nos documentos encaminhados pela SCCG/SEF. Não foram executados testes de auditoria que assegurassem a fidedignidade dos registros existentes.

A realização dos trabalhos ficou a cargo da Diretoria Central de Controle de Contas – DCCC, unidade integrante da Superintendência Central de Controle da Gestão – SCCG, Subcontroladoria de Auditoria e Controle de Gestão – SCG.

1. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A Receita Corrente Líquida - RCL apurada ao final do 3º quadrimestre de 2011 somou **R\$ 37.284.183.547,59**, montante correspondente ao valor calculado pela SCCG/SEF e utilizado como parâmetro de controle dos limites de que trata a Lei Complementar nº. 101/2000, aferidos no final do mesmo período.

2. DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL (ANEXO I)

Despesa com Pessoal	Valor – R\$	% Sobre a RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	14.485.738.283,83	38,85
Despesa Total com Pessoal - DTP - Instrução Normativa TCE/MG 05/2001	12.202.884.413,31	32,73
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49,00	18.269.249.938,32	49,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55	17.355.787.441,40	46,55

Fonte: ANEXO I do RGF relativo ao 3º Quadrimestre 2011



A despesa bruta com pessoal do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, no período de janeiro a dezembro de 2011, foi de **R\$ 20.927.023.794,99**. Consideradas as deduções, a despesa líquida com pessoal alcançou o valor de **R\$ 14.485.738.283,83**, o que equivale a **38,85%** da RCL apurada para o mesmo período.

Quanto ao demonstrativo da despesa com pessoal, destacamos as seguintes constatações:

- a) Deduziu-se da despesa bruta com pessoal os valores das despesas com Inativos e Pensionistas, custeados com recursos das fontes 10.5 e 60.5, nos meses de janeiro e fevereiro de 2011 e da fonte 58.5, a partir de março de 2011 (Parecer nº 15.088, de 27 de maio de 2011 da Advocacia-Geral do Estado).
- b) Foram regularizadas as despesas com pessoal executadas sem crédito orçamentário, evidenciadas como “Despesa de Pessoal a Apropriar” no 1º e 2º Quadrimestres de 2011.
- c) Consoante Nota Técnica nº 04/2012, de 24/01/2012, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, as folhas de pagamento referentes aos meses de novembro e dezembro de 2011, da Secretaria de Educação, fontes 23 e 10, foram apropriadas em natureza de despesa diversa da situação funcional dos servidores. Devido a problemas técnicos ocorridos no SISAP, os servidores ativos foram apropriados em natureza de despesa de inativos. Deste modo, o montante de R\$ 7.833.933,48 foi decotado do valor executado em “Pessoal Inativo e Pensionistas” e acrescido ao montante de “Pessoal Ativo”. A realocação, no entanto, alterou apenas o índice apurado conforme a Instrução Normativa nº. 05/2001, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a qual determina a exclusão dos gastos com inativos e pensionistas para a formação do mesmo indicador.
- d) O índice de 38,85% apurado para o limite das despesas com pessoal se deveu, especialmente, à elevação das despesas não computadas nos três últimos quadrimestres, a exemplo de “Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados” e “Despesas de Exercícios Anteriores”. Nesse sentido, esta Controladoria-Geral verificou, no 3º Quadrimestre de 2011, que houve um acréscimo de 248% na dedução das despesas com “Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados” e uma elevação de 958% na dedução das “Despesas de Exercícios Anteriores”, em comparação aos valores demonstrados no 3º quadrimestre de 2010.

Em observância à Instrução Normativa nº. 05/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a despesa líquida com pessoal foi calculada em **R\$12.202.884.413,31**, correspondendo a **32,73%** da RCL.



3. DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (ANEXO II)

Dívida Consolidada	Valor – R\$	% Sobre a RCL
Dívida Consolidada Líquida	67.779.833.154,56	181,79
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	74.568.367.095,18	200,00

Fonte: ANEXO II do RGF relativo ao 3º Quadrimestre 2011

A Dívida Consolidada Bruta do Estado de Minas Gerais, no encerramento do 3º quadrimestre de 2011, representava **R\$ 74.423.059.167,44**. Deduzidas as disponibilidades financeiras, a Dívida Consolidada Líquida do ente atingiu o valor de **R\$ 67.779.833.154,56**, o que corresponde a **181,79%** da RCL apurada ao final do mesmo período.

A Dívida Consolidada Líquida Previdenciária, destacada em quadro próprio, apresentou um saldo negativo de **R\$ 1.103.206.768,24**.

4. DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES (ANEXO III)

Garantias de Valores	Valor – R\$	% Sobre a RCL
Total das Garantias	880.821.561,23	2,36
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	8.202.520.380,47	22,00

Fonte: ANEXO III do RGF relativo ao 3º Quadrimestre 2011

O saldo de garantias concedidas pelo Estado de Minas Gerais, no encerramento do terceiro quadrimestre de 2011, foi de **R\$ 880.821.561,23**, o que corresponde a **2,36%** da RCL apurada no encerramento do período.

5. DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (ANEXO IV)

Operações de Crédito	Valor – R\$	% Sobre a RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	289.989.669,05	0,78
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-



Operações de Crédito	Valor – R\$	% Sobre a RCL
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.965.469.367,61	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.609.892.848,33	7,00

Fonte: ANEXO IV do RGF relativo ao 3º Quadrimestre 2011.

As operações de crédito realizadas pelo Estado de Minas Gerais somaram, no 3º quadrimestre de 2011, **R\$ 289.989.669,05**, correspondendo a **0,78%** da RCL apurada para o mesmo período, não tendo ocorrido o ingresso de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

6. DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA – ANEXO V

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA	VALOR
Suficiência antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados	785.931.692,86
(-) Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	<u>(1.361.004.772,52)</u>
Insuficiência após inscrição em Restos a Pagas Não Processados	(575.073.079,66)
Suficiência antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Regime Previdenciário	2.567.078.368,45
(-) Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Regime Previdenciário	<u>(116.905.950,09)</u>
Suficiência após inscrição em Restos a Pagas Não Processados do Regime Previdenciário	2.450.172.418,36

Fonte: ANEXO V do RGF relativo ao 3º Quadrimestre 2011.

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa integra o RGF apenas no último quadrimestre do exercício. Com ele, objetiva-se dar transparência ao montante disponível para fins da inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas.

No encerramento do exercício 2011, o Poder Executivo apresentou insuficiência financeira após a inscrição em restos a pagar não-processados, no valor de **R\$ 575.073.079,66**, excetuados os regimes de previdência.

Já o quadro do regime de previdência demonstrou suficiência financeira após a inscrição em restos a pagar não-processados no montante de **R\$ 2.450.172.418,36**.



7. DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR – ANEXO VI

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
Valor Apurado – Poder Executivo	1.361.004.772,52
Valor Apurado no regime previdenciário	116.905.950,09

Fonte: ANEXO VI do RGF relativo ao 3º Quadrimestre 2011

O Demonstrativo dos Restos a Pagar compõe o Relatório de Gestão Fiscal apenas no 3º quadrimestre. Seu objetivo é dar transparência ao equilíbrio entre a contração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa.

No exercício de 2011, foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados o total de **R\$ 1.361.004.772,52** e de **R\$ 116.905.950,09** referente ao regime previdenciário, totalizando **R\$ 1.477.910.722,61**.

Comparativamente ao demonstrativo do 3º Quadrimestre de 2010, observamos que houve um acréscimo de 16,76% na inscrição dessas despesas, vez que naquele exercício foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados o montante de R\$ 1.157.403.482,74, acrescido de R\$ 108.368.136,04 relativo ao regime previdenciário, perfazendo R\$ 1.265.771.618,78.

8. DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RGF (ANEXO VII)

O Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal apresentou a extração das informações dos Demonstrativos da Despesa com Pessoal, da Dívida Consolidada Líquida, das Garantias e Contragarantias de Valores, das Operações de Crédito e dos Restos a Pagar. Deste modo, facilitou o acompanhamento e a verificação dos referidos limites, definidos na Lei Complementar nº 101/2000.

9. CONCLUSÃO

Com base nos saldos contábeis e de execução orçamentária e financeira armazenados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais – SIAFI, bem como nos documentos encaminhados pela SCCG/SEF, os índices apurados para o



3º quadrimestre de 2011, em relação à RCL foram: 38,85% para as Despesas com Pessoal; 181,79% para a Dívida Consolidada Líquida; 2,36% para as Garantias e Contragarantias de Valores; e 0,78% para as Operações de Crédito. A inscrição em Restos a Pagar Não Processados alcançou R\$ 1.477.910.722,61 e a Disponibilidade de Caixa demonstrou uma insuficiência financeira de R\$ 575.073.079,66. A Disponibilidade de Caixa do regime previdenciário, por sua vez, apresentou suficiência financeira de R\$ 2.450.172.418,36.

Superintendência Central de Controle de Gestão/Controladoria-Geral do Estado, em Belo Horizonte, aos 25 de janeiro de 2012.